INFORMATIVO **bancário** ESPECIAL **BRB**

bancariosdf.com.br

Brasília, 23 de dezembro de 2024

Federação CUT, CONTRAF, FETECUT Centro Norte

SINDICATO E DEPUTADA ÉRIKA KOKAY REÚNEM-SE COM O BACEN E A CVM PARA TRATAREM DE ASSUNTOS RELACIONADOS AO BRB

O Sindicato realizou reuniões com a Diretoria de Fiscalização do Banco Central (Bacen) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para tratar de assuntos de interesse dos funcionários do BRB. Ambas as reuniões foram intermediadas pela deputada federal **Érika Kokay** (PT-DF). A primeira ocorreu no dia 2 de dezembro e a segunda, em 21 de novembro.

O encontro com a Diretoria de Fiscalização do Bacen teve como objetivo apresentar “à instância reguladora a preocupação com a má gestão que vem se evidenciando no BRB,

buscando preservar a instituição e evitar sua privatização por etapas, como já ocorreu em outras empresas públicas”, explicou a deputada.

Esta é a segunda reunião com a pasta. Na primeira, em novembro de 2023, o Sindicato externou ao diretor da área, Ailton de Aquino, questões cruciais sobre a gestão do BRB.

Nesta nova reunião, Ailton de Aquino reiterou que todos esses pontos são de pleno conhecimento de sua pasta e estão sistematicamente sob rigorosa abordagem, assim como os fatos novos trazidos pelo Sindicato.

CVM

Na audiência com a CVM, o Sindicato apresentou preocupações relacionadas às medidas adotadas pela atual gestão do banco e à situação enfrentada pela empresa, que se configuram como passos largos rumo ao comprometimento da perenidade do banco, como o fatiamento do patrimônio do BRB, que sinalizam um possível processo de privatização.

Na reunião foram apresentados cinco pontos mais críticos da situação do BRB baseando-se em dados técnicos e análises criteriosas: atraso na divulgação de infor-

mações periódicas; aprovação de medidas para alienação de subsidiárias; alienação de participação acionária na Financeira BRB acima do limite autorizado por lei; criação de subsidiária integral sem autorização legal; e abuso por parte do acionista controlador.

O presidente da CVM, João Pedro Barroso, reforçou o compromisso de analisar as demandas apresentadas e acompanhar os desdobramentos. A CVM também se colocou à disposição da deputada e do Sindicato para futuras discussões e ações pertinentes ao caso.

COMPRA DE IMÓVEL DE LUXO DE R\$ 6 MILHÕES POR IBANEIS COM FINANCIAMENTO DO BRB LEVANTA QUESTIONAMENTOS

Causou preocupação ao Sindicato dos Bancários de Brasília a notícia divulgada pela imprensa nesta terça (17) da compra de um imóvel de luxo pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) pelo valor exorbitante de R\$ 6 milhões financiados quase que integralmente pelo BRB.

A aquisição, revelada com exclusividade pelo portal Vero Notícias e que repercutiu na imprensa, foi feita em 2021, ainda na planta. Trata-se de uma suíte no hotel Rosewool São Paulo, classificado como 6 estrelas. O banco financiou por 180 meses o valor de R\$ 5.423.028, equivalente a 89,99% do preço total. Os outros R\$ 602.972 foram pagos à vista pelo governador.

A operação levanta questionamentos porque o financiamento foi concedido ao chefe do GDF, detentor de 65,63% das ações do BRB, colocando em xeque a transparência e a moralidade da aquisição.

“Num país onde a população luta para conseguir financiamentos com condições minimamente acessíveis para a casa própria, a facilidade com que Ibaneis obteve um crédito de R\$ 5,4 milhões escancara uma realidade de privilégios que não se estende à maioria dos brasileiros”, questiona a direção do Sindicato. “Em que condições foi feita a operação? Será que os clientes comuns do BRB teriam o mesmo tratamento que o governador?”

A deputada federal **Érika Kokay** (PT-DF) classificou a operação como “tráfego de influência” e chamou a atenção para o fato de que a aquisição ocorreu em um período marcado por outra polêmica: a compra de uma mansão em Bra-

sília pelo senador Flávio Bolsonaro, também financiada pelo BRB. Coincidentemente, sustenta a deputada, o banco havia rebaixado os juros imobiliários na mesma época, de modo que ambos foram beneficiados diretamente.

BRB GASTOU R\$ 3,2 MILHÕES PARA COMPRAR INGRESSOS PARA F1

O BRB tem se destacado como um grande apoiador dos torcedores de F1. Conforme divulgado pelo Brasil de Fato (28/11), o banco gastou R\$ 3,2 milhões para adquirir 110 ingressos destinados a um grupo seletivo de privilegiados, pagos com recursos do patrimônio público, para assistir à corrida de F1, no mês passado, em Interlagos.

Diante do possível abuso na utilização de recursos do banco público, o Sindicato ingressou com uma ação no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), solicitando a investigação do caso. Segundo o diretor do Sindicato Daniel Oliveira, a entidade questiona os critérios utilizados pelo banco para a distribuição dos ingressos e sugere que o repasse a agentes públicos pode configurar “uso indevido de recursos públicos em benefício próprio”.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) também criticou a situação: “Se o banco tem dinheiro sobrando, que invista na educação, com a reforma das escolas e a instalação de ar-condicionado. Quer investir no es-

DESPESAS COM PATROCÍNIO DO BRB POR TIPO DE PATROCÍNIO

JANEIRO A SETEMBRO DE 2024

Fonte: Demonstrativo das Despesas com Propaganda, Publicidade, Publicações Legais e Patrocínios do BRB - Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). / Elaboração: DIEESE - Subseção Sindicato dos Bancários-DF.

porte? Que tal reformar o Abadião ou o Augustinho Lima? Exigimos fiscalização rigorosa e atenção do presidente Paulo Henrique para evitar esses gastos. Um desrespeito à população”.

O Demonstrativo das Despesas com Propaganda, Publicidade, Publicações Legais e Patrocínios do 3º trimestre de 2024, divulgado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), mostra que, nos primeiros nove meses de 2024, o BRB gastou R\$ 84,96 milhões em patrocínios, de um total de R\$ 108,248 milhões previstos para todo o ano.

No esporte, o BRB destinou mais recursos do que outros bancos públicos, como o Banpará e o Banestes. Enquanto o Banpará, com lucro líquido de R\$ 281,13 milhões, investiu R\$ 17,59 milhões, e o Banestes, que registrou lucro de R\$ 370,62 milhões em 2023, aplicou R\$ 6,21 milhões, o BRB, que apresentou um prejuízo contábil de R\$ 42,922 milhões no 1º trimestre de 2024, patrocinou valores significativamente maiores que os dois bancos superavitários.

DEFENDER O BRB CONTRA ATAQUES E FANTASIAS QUE QUEREM DESTRUIR O BANCO

O SINDICATO TEM ATUADO DE FORMA PERMANENTE E FIRME NA DEFESA DO BRB, DIANTE DE LEVANTAMENTO REALIZADO PELO DIEESE E NAS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DO BRB, PAULO HENRIQUE COSTA.

Em relatório detalhado, o Dieese apresenta os resultados financeiros do BRB de janeiro a setembro de 2024. Apesar de o banco ter registrado um crescimento de 14,1% no Resultado Bruto da Intermediação Financeira em doze meses, esse aumento não trouxe melhorias significativas para a instituição. As receitas com operações de crédito, principal fonte de receita do banco, cresceram apenas 1,5%, enquanto segmentos importantes, como o comercial, apresentaram uma queda de 9,1%.

As despesas com cessão de carteira aumentaram drasticamente, passando de R\$ 379 mil em 2023 para R\$ 210,109 milhões em 2024 — um aumento de mais de 55.000%. Esse crescimento exorbitante é alarmante e levanta dúvidas sobre a eficiência e a gestão financeira do banco. Além disso, o BRB reduziu 77 postos de trabalho em doze meses, o que pode impactar negativamente a qualidade do atendimento e dos serviços oferecidos aos clientes.

As despesas administrativas cresceram 13%, totalizando R\$ 783,220 milhões. Destacam-se os aumentos nas despesas com propaganda e publicidade (+70,7%) e promoções e relações públicas (+107,9%), impulsionados pelos patrocínios do BRB, que somaram R\$ 84,960 milhões nos primeiros nove meses do ano. O principal beneficiário desses patrocínios foi o Clube de Regatas do Flamengo, que recebeu R\$ 13,691 milhões. Além disso, há casos de gastos considerados inexplicáveis, ilegais e imorais, como a compra de ingressos para a corrida de Fórmula 1, em São Paulo.

O lucro líquido contábil caiu 21% em doze meses, totalizando R\$ 93,700 milhões de janeiro a setembro de 2024. Embora o lucro líquido

do recorrente tenha crescido 58,1%, atingindo R\$ 179,696 milhões, essa métrica é apenas uma projeção de quanto seria o lucro líquido sem eventos não recorrentes.

AS DECLARAÇÕES FORA DA REALIDADE DO PRESIDENTE DO BRB

Recentemente, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, apresentou um panorama otimista sobre os resultados financeiros do banco nos primeiros nove meses de 2024. Contudo, uma análise detalhada dos documentos financeiros e do relatório do Dieese revela uma realidade que contrasta fortemente com seu discurso oficial.

Em mensagem divulgada via WhatsApp, Paulo Henrique destacou o lucro líquido recorrente de R\$ 180 milhões nos primeiros nove meses de 2024, um aumento de 54,1% em relação ao mesmo período de 2023. Ele também mencionou o crescimento significativo em áreas como crédito imobiliário e rural, além de uma inadimplência de 1,67%, considerada baixa em comparação com a média do mercado, de 3,2%.

CONSELHEIROS DIVERGEM SOBRE OS RESULTADOS DO BANCO

Em áudios atribuídos a conselheiros e ex-conselheiros do banco,

que circulam nas redes sociais, as opiniões são divergentes.

“Além de recompor parte das cessões anteriores, o banco adquiriu carteiras com receita maior e risco bastante baixo. Então, podemos nos orgulhar dos números alcançados até agora, que, num futuro próximo, trarão resultados mais robustos. É o que merecemos e o que o banco merece”, disse um conselheiro.

Já outro afirmou: “Precisamos olhar bem para esses números e não nos empolgar muito com os R\$ 93 milhões acumulados no trimestre, porque isso está disfarçado de venda de carteira, o que não é positivo. Além disso, há a questão do crédito tributário compondo esses R\$ 93 milhões. É

preocupante que precisemos vender carteira para gerar resultado, quando o ideal seria criar receita com a carteira de crédito. Como fica nosso futuro? Isso ninguém sabe.”

Essa divergência de opiniões reflete a polêmica em torno dos resultados e da gestão do banco, levantando preocupações sobre as decisões estratégicas e seus impactos na instituição.

DESCONTENTAMENTO INTERNO

Os funcionários do BRB demonstram crescente insatisfação com a gestão atual. A discrepância

entre o discurso oficial e a realidade financeira do banco é evidente para os colaboradores, que já não se deixam enganar por promessas vazias. A direção parece mais preocupada em manter as aparências do que em resolver problemas reais, como mostram os números apresentados.

SINDICATO QUESTIONA RUMOS DA GESTÃO

O Sindicato tem lutado constantemente pela perenidade do BRB, recorrendo a órgãos de fiscalização e controle e buscando apoio parlamentar para proteger o banco e seus funcionários de situações preocupantes. Em visitas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao Banco Central (leia na capa), com o apoio da deputada federal Érika Kokay (PT-DF), o Sindicato tem apontado diversos problemas e estratégias para defender o patrimônio público de Brasília nas assembleias de acionistas do BRB.

Enquanto alguns atores e instituições permanecem omissos ou se manifestam apenas nas redes sociais, o Sindicato mantém uma postura de luta constante pelos empregos e pela saúde financeira do banco.

Os resultados acumulados de 2024 do BRB, conforme detalhado pelo relatório do Dieese, revelam problemas que precisam ser enfrentados com urgência. O aumento desproporcional das despesas, a redução de postos de trabalho e a queda no lucro líquido indicam uma gestão que necessita de ajustes significativos. O Sindicato continuará lutando e pressionando por mudanças que garantam a saúde financeira e a eficiência do banco, protegendo os interesses dos trabalhadores e do povo de Brasília.

LUCRO PARA O BANCO

PROPOSTA DO BRB IGNORA NECESSIDADES DOS SUPERENDIVIDADOS

A proposta apresentada pelo BRB para o Programa de Superendividados ignora as necessidades dessa parcela de funcionários do banco, que lucra com a situação.

Na última reunião para debater o assunto, em novembro, o Sindicato expressou fortes críticas à proposta do banco:

■ **Taxa de juros:** o Sindicato acusou o banco de explorar os funcionários, com uma taxa de juros que considera exorbitante, pois ainda gera lucro às custas dos superendividados.

■ **Comprometimento de renda:** a proposta prevê um comprometimento de 50% da renda bruta, o que o Sindicato considera inadequado, pois desconsidera trabalhadores com 40% da renda comprometida.

■ **Prazo de pagamento:** o Sindicato argumentou que o prazo proposto é excessivamente longo, resultando em um aumento exponencial dos juros, sem uma redução significativa no valor das prestações.

■ **Liquidação de dívidas:** o banco rejeitou a proposta do Sindicato de abater juros e mora para a liquidação das dívidas.

■ **Descomissionamento:** o Sindicato sugeriu que, em casos de descomissionamento, o banco deveria ajustar as parcelas e o comprometimento de acordo com a nova realidade financeira do empregado, proposta que também não foi aceita.

Essa postura da atual administração não só demonstra uma flagrante falta de valorização dos trabalhadores que realmente geram lucro para a instituição, como também evidencia uma oportunidade desperdiçada de implementar mudanças positivas conforme negociado no acordo coletivo.

Diante de tantas premissas importantes ignoradas, a representação dos trabalhadores não pode validar um programa que claramente não atende às necessidades dos superendividados e os trata com desdém, priorizando o lucro acima do bem-estar deles.

VITÓRIA: SINDICATO GARANTE NA JUSTIÇA DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NA PLR DOS BANCÁRIOS DA SURIC DO BRB

O Sindicato obteve mais uma importante vitória judicial em favor dos bancários da Superintendência de Risco de Crédito (Suric) do BRB. O juiz Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim, da 2ª Vara do Trabalho de Brasília, proferiu sentença, confirmando a liminar que já havia proibido os descontos na segunda e na última parcela da PLR de 2023.

Na decisão definitiva, publicada no último dia 22 de novembro, o magistrado reconheceu como abusiva e

ilegal a conduta do BRB ao revisar unilateralmente metas previamente con-

sideradas cumpridas e determinou a devolução dos valores descontados na primeira parcela da PLR, referentes ao mês de junho de 2024, única parcela efetivamente descontada.

A sentença também confirmou a proibição de novos descontos relacionados à PLR, sob pena de multa de R\$ 30.000,00. O juiz destacou que os valores pagos de boa-fé aos trabalhadores, especialmente por se tratarem de verba de natureza alimentar, não podem ser devolvidos. Ressaltou ain-

da que o Acordo Coletivo de Trabalho da PLR não prevê a possibilidade de revisão posterior das metas ou a devolução de valores já pagos.

“Trata-se de mais uma ação vitoriosa do Sindicato, que comprova o seu compromisso de defender os direitos dos bancários e combater práticas abusivas que prejudicam a categoria”, comemora o diretor do Sindicato **Ronaldo Lustosa**.

A ação é conduzida pela Advocacia Garcez. Cabe recurso da decisão.